



**A MISSÃO DE BARTOLOMÉ MITRE NO BRASIL EM 1872: POLÍTICA,  
DIPLOMACIA E ESCRITA DA HISTÓRIA NA RELAÇÃO ENTRE A  
ARGENTINA E O IMPÉRIO BRASILEIRO**

**Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva**  
**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
**Faculdade de Formação de Professores**  
**E-mail: anapaulabarcelos@gmail.com**

Neste trabalho, refletimos sobre a política externa imperial no Prata após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) a partir da missão diplomática de Bartolomé Mitre (1821-1906) no Brasil, em 1872. Em uma conjuntura de tensões e disputas territoriais, o ex-presidente, general e historiador argentino esteve no Rio de Janeiro a fim de garantir o Tratado de Aliança (1865) e a desocupação do território paraguaio por forças aliadas. Em janeiro de 1872, o Império havia assinado o Tratado Loizaga-Cotegipe com o Paraguai, aliando-se ao vencido e ferindo os interesses da Argentina. O tratado possibilitava que o Brasil ficasse com a terceira parte do Paraguai, o que levou a uma forte oposição entre políticos e a imprensa argentina que fez duras críticas ao Brasil. Em 27 de abril, o ministro argentino das Relações Exteriores, Carlos Tejedor, publicou uma nota de protesto contra o acordo, o que levou à intensificação do conflito. Próximo a políticos imperiais proeminentes como o Imperador e o Visconde do Rio Branco, e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1871, Mitre possuía importantes redes de sociabilidade no país, sendo escolhido por Domingo Sarmiento, o então presidente argentino, para solucionar o impasse. A grande repercussão nas imprensas brasileira e argentina expõe ainda a utilização do episódio na disputa interna entre monarquistas e republicanos. Com isso, relacionamos escrita da história, diplomacia, intelectuais e imprensa de modo a pensar seus papéis nos acordos diplomáticos e na consolidação das nacionalidades no contexto pós-guerra. Ao mesmo tempo, pensamos como formas de intercâmbio construídas em diferentes esferas transcendem tratados e missões diplomáticas. Como fontes, ganham destaque os jornais *La Nación*, de Buenos Aires, e o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. Além disso,



as obras históricas de Mitre também compõem um conjunto documental importante na análise diante da sua relevância na formação de uma história nacional na Argentina e na constituição de um espaço historiográfico no Rio da Prata. Parte desse pensamento ilustra seu olhar mais ameno acerca do Império brasileiro, em oposição a muitos dos seus pares argentinos, e nos auxilia na compreensão dos vínculos entre diplomacia e escrita da história no período.

Em junho de 1872, o general, historiador e ex-presidente argentino Bartolomé Mitre foi designado como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial ao Rio de Janeiro. Sua missão era motivada pelos conflitos diplomáticos entre Brasil e Argentina que se acentuavam desde os anos finais da guerra. Segundo Francisco Doratioto (2014), a partir de meados de 1868, quando o Partido Conservador reassume o governo imperial, a diplomacia preocupa-se em conter a Argentina e romper as alianças com o país. Em outubro deste mesmo ano, o mandato de Mitre como presidente chega ao fim e assume Domingo Sarmiento, resistente à aliança com o Brasil e desconfiado em relação aos objetivos expansionistas do Império. Sobre este contexto, Doratioto afirma que após a guerra “a política do governo imperial, sob o controle do Partido Conservador, foi a de reafirmar a existência do Paraguai como Estado independente e, ao mesmo tempo, evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco, como lhe fora facultado pelo Tratado da Tríplice Aliança” (DORATIOTO, 2002, p. 481). O governo brasileiro estaria, então, convencido de que Sarmiento pretendia anexar o Paraguai à Argentina. Do lado argentino, Sarmiento temia a política expansionista do Império e passou a defender que “a vitória militar não concedia aos vencedores direitos sobre o vencido quanto à definição de fronteiras” (DORATIOTO, 2002, p. 481).

Empenhado em evitar o domínio argentino sobre o Chaco, o Império assinou o tratado Loizaga-Cotegipe, em 9 de janeiro de 1872, aliando-se ao vencido e ferindo os interesses da Argentina. Fruto de acordos em separado com o governo paraguaio, o tratado possibilitava que o Império brasileiro ficasse com a terceira parte do Paraguai, o que levou a uma forte oposição entre políticos e a imprensa argentina que fez duras críticas ao Brasil. Ainda de acordo com Doratioto, “as relações entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires atingiram, então, seu pior momento desde a guerra contra Rosas” (DORATIOTO, 2014, p. 52). O ponto crítico da crise se deu quando, em 27 de abril,



Carlos Tejedor, ministro argentino das Relações Exteriores, publicou uma dura nota de protesto contra o acordo que infringiria as decisões do Tratado de Aliança, assinado em 1865<sup>1</sup>. Apesar das autoridades brasileiras estarem prevenidas contra Mitre, ele teria sido considerado por Sarmiento, com quem rivalizava naquele contexto, o nome mais indicado para acertar as questões pendentes com o Império em razão do seu prestígio no Brasil. Esta busca por conciliação diplomática seria a principal opção de Sarmiento diante da falta de condições militares de enfrentamento do Império. Para Doratioto:

Figura respeitada nos meios políticos brasileiros, Mitre constatou que o entendimento entre os dois antigos aliados era dificultado pelas desconfianças que o Império possuía das reais intenções da Argentina. Ambos os países armavam-se e a situação era agravada por Bolívia e Chile, que buscavam aproveitar-se dessas divergências para utilizar o Brasil como respaldo para fortalecer suas demandas junto a Buenos Aires (DORATIOTO, 2014, p. 52-53).

Mitre já havia estado no Rio de Janeiro em 1871, quando teve boa acolhida, encontrou políticos e intelectuais, realizou pesquisas e foi designado membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em razão do seu reconhecimento como historiador. Lembrando que ele é considerado o fundador da história nacional na Argentina, sendo autor de duas das mais importantes obras a respeito produzidas no século XIX<sup>2</sup>: *Historia de Belgrano y de la independencia argentina* (1859) e *Historia de San Martin y de la independencia sudamericana* (1887). Além disso, foi um dos fundadores de importantes instituições históricas, como o Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, em 1843, e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio da Prata, em 1854 - ambas em parceria com o diplomata e historiador uruguaio Andrés Lamas. Já no final do século fundou também a Junta de História e Numismática Americana, em 1893, que se

---

<sup>1</sup> O Tratado da Tríplice Aliança foi assinado em 01 de maio de 1865, entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, contra o Paraguai. O texto estabelecia uma aliança militar, os pré-requisitos para a paz e a definição prévia das fronteiras entre o Paraguai e os vizinhos Argentina e Brasil. Além disso, o artigo 9º “determinou que, finda a guerra, seriam garantidas a independência, a soberania e a integridade territorial paraguaias. Tal integridade, porém, seria do que restasse de território ao país guarani, após ser aplicado o artigo 16º daquele tratado, pelo qual o Paraguai perdia para os aliados territórios até então sob sua soberania, ou, ainda, litigioso” (DORATIOTO, 2002, p. 160-161). O Tratado determinava que a guerra seria contra o governo do Paraguai e não contra o seu povo. Além disso, após o fim do conflito, o Paraguai deveria pagar indenizações de guerra e “os aliados comprometiam-se a não depor as armas senão em comum acordo e depois da derrubada de Solano López, ficando proibida qualquer iniciativa separada de paz por um dos países aliados” (DORATIOTO, 2002, p. 161).

<sup>2</sup> Para pensar Mitre como historiador e seu papel na escrita da história nacional, ver, entre outros: (DONGHI, 1996), (PALTÍ, 2000), (FREITAS NETO, 2011), (MÍGUEZ, 2018).



tornou décadas depois, em 1938, a Academia Nacional de História Argentina. Do IHGB, se tornou ainda sócio efetivo em 1889, logo após a proclamação da República.

Na ocasião da nomeação como sócio honorário, Cândido Mendes, um dos membros que assinaram sua indicação, teria se referido a Mitre, segundo ata da sessão publicada na *Revista do IHGB*, como “distinto literato e notável historiador” muito recomendado para a função em razão da “sincera amizade que votava ao Brasil, e ainda mais pelo desvelado interesse que tomava pela história e geografia da América” (RIHGB, 1871, p. 350). No discurso de agradecimento, Mitre se dizia discípulo do IHGB, instituição que “perseverando em sua tarefa e trabalhando sem descanso, era a associação científica que mais alto se havia levantado na América do Sul, dando ao mundo um novo contingente que iluminara o horizonte da história, da geografia e da etnografia americana” (RIHGB, 1871, p. 350). O Instituto, explorando um campo virgem, seria:

(...) o que com mais crítica e mais cópia de documentos havia estudado os ignorados tesouros da história e da geografia do novo mundo, tesouros que ainda estavam por descobrir-se, desde suas raças pré-históricas e suas civilizações primitivas extintas, até seu estado atual, assim na ordem física como na ordem moral (RIHGB, 1871, p. 350-351).

Conclui declarando seu entusiasmo em participar das tarefas da instituição. Sua indicação foi assinada por Candido Mendes de Almeida (já mencionado), Olegario Herculano de Aquino e Castro, Francisco Baltazar da Silveira, Joaquim Antonio Pinto Junior, J. C. Fernandes Pinheiro e por José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco.

Em 1872, em viagem diplomática, entre seus principais objetivos estavam, como já dissemos, o reconhecimento do Tratado de Aliança pelo governo brasileiro e a desocupação do território paraguaio por forças aliadas. No entanto, para Doratioto, a missão não teria sido “um grande feito”:

Ciente de que a paz em separado entre Brasil e Paraguai era um fato consumado, Bartolomé Mitre conseguiu sua aceitação por Sarmiento. Em troca, obteve que o governo imperial reafirmasse a vigência do Tratado de 1º de Maio de 1865 e se comprometesse a cooperar “com sua força moral” nas negociações entre os Governos argentino e paraguaio para a assinatura dos tratados de paz. Na realidade, o acordo não era um grande feito pois continuavam a vigorar os tratados assinados em 1872 entre o Paraguai e o Império, mas Mitre foi recebido triunfalmente na volta a Buenos Aires, talvez por ter afastado a hipótese de guerra entre argentinos e brasileiros (DORATIOTO, 2014, p. 53-54).



Além disso, para o autor, os resultados da missão foram infrutíferos, porque no ano seguinte, ao se dirigir a Assunção, Mitre tinha a tarefa de assinar um tratado pelo qual o Chaco argentino fosse até o rio Pilcomaio, mas o negociante imperial, Barão de Araguaia, não o apoiou. Diante do fracasso dessa tentativa, ficaria provado que o projeto do governo Mitre de cooperação entre Brasil e Argentina, iniciado na aliança contra Solano López, não teria prosseguimento. Neste contexto, para Doratioto, as políticas externas brasileira e argentina passaram a rivalizar “para impor sua influência na reconstrução institucional e na definição territorial do Estado paraguaio no pós-guerra” (DORATIOTO, 2014, p. 55). A diplomacia argentina buscou um acordo de limites e paz com o Paraguai sem a participação do Império, o que deu origem ao Tratado Sosa-Tejedor que, por pressão brasileira, acabou não ratificado pelo Paraguai. As duas repúblicas apenas fecharam acordo em 1876, quando a hegemonia brasileira no Prata se encontrava enfraquecida. Ainda assim, o resultado foi satisfatório para o Brasil, pois a independência do Paraguai foi ratificada e a Argentina não se apossou do Chaco. A definição da fronteira entre Argentina e Paraguai veio em 1878 com a interferência dos Estados Unidos<sup>3</sup>.

Ainda que considerada infrutífera por Doratioto, podemos dizer que a atuação de Mitre em 1872 teria contribuído para apaziguar as tensas relações entre os países, impedindo o que poderia ter se tornado um novo conflito direto e armado. Além disso, consideramos sua missão como importante janela de reflexão para as relações diplomáticas entre Brasil e Argentina no período posterior à guerra, com destaque para as tensões políticas e para as disputas territoriais. O evento permite ainda pensar a relação entre Mitre e políticos brasileiros, como o visconde do Rio Branco e o próprio Imperador Dom Pedro II, e a leitura mais amena, embora transpassada por interesses estratégicos, que faz do Império e repercute em seu país.

Neste sentido, torna-se instigante pensar a forma como a missão apareceu na imprensa da época. Aqui destacamos 2 dos principais jornais brasileiros e argentinos: o *Jornal do Commercio* e o *La Nación*. O primeiro deles, fundado ainda em 1826, é um

---

<sup>3</sup> Segundo Doratioto, “em 1878, o laudo arbitral do Presidente norte-americano Rutherford Hayes declarou paraguaia essa área litigiosa” (DORATIOTO, 2014, p. 58). Como desejava a diplomacia imperial, os limites entre a Argentina e o Paraguai passam a ser definidas pelo rio Pilcomayo. Com isso, é eliminado o principal motivo de tensão nas relações diplomáticas entre Brasil e Argentina.



jornal monarquista, visto por alguns autores<sup>4</sup> como um veículo de comunicação oficial do Império. No final do século XIX era considerado um dos mais importantes órgãos de imprensa do Rio de Janeiro. Reformista, desqualificava a campanha republicana. Pensando as representações sobre a Argentina na imprensa brasileira, Paula Ramos afirma que o país apareceu em diferentes pautas nas décadas finais do Império, servindo de parâmetro ora para elogiar ora para criticar o governo brasileiro. O *Jornal do Commercio* foi um dos palcos destes debates. Para a autora, as representações do jornal sobre a Argentina podem ser divididas em duas fases: até meados de 1879, com um hiato entre novembro de 1876 e abril de 1877, período caracterizado por uma visão negativa em relação à República vizinha; e meados de 1879 em diante, marcado por uma visão mais positiva. O primeiro desses períodos é marcado por rivalidades geopolíticas e desentendimentos nas demarcações de fronteiras. E é justamente nele que se insere a missão Mitre. Refletindo as disputas internas na própria imprensa brasileira, o periódico se demonstra ainda preocupado com a repercussão do movimento republicano na Argentina que faria pensar que o Império estava ameaçado<sup>5</sup>.

No dia 05 de junho de 1872, uma longa crítica é dirigida a Mitre apresentando-o como “um personagem conhecido pela guerra” (JORNAL DO COMMERCIO, 05/06/1872) que estaria interessado em romper com a aliança entre os países. No dia 15 de junho, o jornal seleciona para a seção “Publicações a pedido” textos de leitores que criticam veementemente a Argentina e a figura do enviado ao Brasil. Neles aparecem referências à “insolente nota de Tejedor”, a acusação a Mitre de agredir o Império no seu jornal e seu empenho em aprovar no Congresso a compra de encouraçados e armamentos para a Argentina. Em uma das cartas assinada por “Um brasileiro de coração”, apela-se ao patriotismo na construção de uma opinião pública<sup>6</sup> contrária à nota do ministro argentino Carlos Tejedor: “Quem ler a insolente nota de Tejedor e não sentir-se indignado por semelhante ousadia, deve imediatamente considerar-se fora da família brasileira” (JORNAL DO COMMERCIO, 15/06/1872). Em outra carta, na qual a figura de Mitre aparece diretamente, prevalecem a crítica, a ironia e o argumento da indignação pública, apresentada como unida a despeito das divisões partidárias. Não se falaria em outro

---

<sup>4</sup> Ver, entre outros: (MARTINS, 2018).

<sup>5</sup> Sobre as relações entre política interna e política externa, ver: (MILZA, 2003).

<sup>6</sup> Para um breve debate sobre a opinião pública, ver: (BECKER, 2003).



assunto no Rio de Janeiro. Assim, o inimigo externo era convocado na tentativa de forjar unidade diante do avanço das ideias e da imprensa republicanas.

O *La Nación* foi fundado pelo próprio Mitre em 1870 e, apesar de ir além dele, é atravessado por suas ideias, revelando-se uma fonte relevante para se analisar sua posição em relação ao Império brasileiro. Através do *La Nación*, é divulgada na Argentina sua leitura amena em relação à monarquia vizinha e a alguns dos seus mais importantes representantes, como os já mencionados Imperador e o Visconde do Rio Branco. Contudo, no período de tensão da missão Mitre, essa leitura amena dá lugar às críticas dos redatores em relação ao Brasil e a suas pretensões no Chaco. Ainda que em menor escala que no restante de imprensa argentina, as rivalidades aparecem bastante no periódico de modo que apenas ao final das negociações é que ganham destaque as soluções pacíficas que teriam sido alcançadas por Mitre, visto como hábil diplomata e o homem mais indicado à missão, graças a sua “indisputable ilustración y a sus eminentes cualidades de hombre público” (LA NACIÓN, 01/12/1872). Segundo o jornal, o nome de Mitre “era apreciado y respetado en el Brasil y nadie mejor que el autor de los tratados del 1º de mayo de 1865 podía encargarse de salvar las dificultades que la interpretación de ese trabajo suscitara” (LA NACIÓN, 01/12/1872). No *Jornal do Commercio*, a mesma imagem, contrária a que vimos no início das negociações, é apresentada já a partir de outubro de 1872:

Consta-nos que está concluída a negociação do Sr. Marquês de S. Vicente com o general Mitre, enviado da Republica Argentina, tendo-se chegado a um acordo honroso e satisfatório para ambas as partes contratantes.

Das disposições conciliadoras com que de um lado e outro se entrou nas conferências, resultou um convênio que contribuindo, assim o esperamos, para a paz e felicidade de ambas as nações, redundará também em honra dos dois governos e seus plenipotenciários (JORNAL DO COMMERCIO, 16/10/1872).

Neste ponto, voltamos ao IHGB e a uma leitura construída em torno das repúblicas vizinhas, mas também da própria monarquia no Brasil. Na história escrita no Instituto, comprometida com o processo de construção e legitimação do Estado monárquico e de uma identidade nacional, as repúblicas representavam o caos, a barbárie e a instabilidade política, enquanto a monarquia seria a garantia de uma civilização europeia nos trópicos. De acordo com Manoel Salgado Guimarães, nessa construção identitária, os outros dos



quais era preciso se diferenciar seriam, internamente, negros e índios e, externamente, as repúblicas vizinhas. A representação negativa dos países vizinhos “trouxe consequências políticas visíveis, por exemplo, na formulação da política externa do Segundo Reinado e nos desdobramentos futuros da história da região” (GUIMARÃES, 1988, p. 7). Assim, as rivalidades entre os países eram fortalecidas por uma leitura de história que identificava os vizinhos como inimigos e buscava aproximação com o elemento europeu. Maria Lígia Prado (2001) entende haver, no Brasil, um imaginário que pensa os vizinhos como outra América. Para a autora, as leituras da história do Brasil desenvolvidas pelo IHGB seriam um marco na construção dessa ideia.

Por outro lado, é preciso considerar dois aspectos fundamentais. O IHGB era um local onde importantes laços políticos eram construídos. Laços estes que, segundo Lúcia Paschoal Guimarães, perpassavam a política externa imperial, até porque importantes diplomatas do Império atuavam na instituição. A autora ainda afirma que o IHGB “colaborou com o Ministério dos Estrangeiros, oferecendo subsídios para os estudos de demarcação de fronteiras” (GUIMARÃES, 2006, p. 21). Não por acaso em 1851 o Instituto reformula seus Estatutos dando maior ênfase às questões de fronteiras. Além disso, importantes nomes da diplomacia dos países vizinhos eram membros correspondentes ou honorários do IHGB. Apesar das rivalidades e da visão negativa sobre os países republicanos desenvolvida na instituição, muitos intelectuais vizinhos foram admitidos entre seus sócios. Este foi o caso do diplomata e historiador uruguaio Andrés Lamas, que ingressou no Instituto em 1848, e de Mitre, em 1871, como vimos. Tomás Sansón Corbo (2011) informa que durante a Guerra Grande (1839-1851), que resultou na derrota de Juan Manuel de Rosas, muitos intelectuais do Prata foram incorporados ao IHGB, como ocorreu com Lamas. A estes ingressantes estrangeiros, exigia-se a doação de documentos históricos que acabavam sendo utilizados pelos diplomatas imperiais a fim de obterem vantagens nas disputas territoriais com as repúblicas vizinhas. Corbo destaca ainda que estes homens foram recebidos positivamente por motivações geopolíticas e estratégicas que vão além das acadêmicas. Assim, podemos falar em rivalidades, mas não em isolamento, já que eles circulavam entre os países vizinhos e dialogavam entre si por correspondências, por artigos em jornais e mesmo em suas obras.



Afinal, tratamos aqui de homens envolvidos na diplomacia e na produção de um conhecimento histórico fundador das histórias nacionais de seus países no Oitocentos.

Deste modo, retomando a missão que serve de mote a este trabalho, quando Mitre esteve no Rio de Janeiro em 1872, não era um político isolado de um país republicano vizinho, um rival do Império, que vinha negociar os acordos pós-guerra. Era, sim, um sujeito membro do IHGB desde o ano anterior, muito relacionado com os membros da instituição há décadas, e muito prestigiado entres os políticos mais importantes do Império, por ter sido presidente da república, pela atuação diplomática e pela participação em redes maçônicas da região (ainda a serem melhor exploradas). Falamos de um homem que repercutia na Argentina uma leitura bem mais amena do Império que aquela divulgada por seus pares. Se Sarmiento via o Império com total desconfiança e criticava duramente a escravidão, Mitre dizia ser preciso se aproximar, porque o conflito seria prejudicial ao seu país. Apontava a monarquia como democrática, com pensamento livre e um espírito republicano. Sobre a escravidão, apenas falava quando da aprovação de leis emancipacionistas que apontariam para o seu final.

Estes aspectos se apresentam claramente no *La Nación* ao longo das décadas de 1870 e 1880. Neste período, o Brasil aparece com frequência no periódico, ganhando destaque em extensas reportagens de primeira página e em colunas como a “Prensa Brasileira”. Em diferentes momentos, o país é caracterizado pela unidade, pela homogeneidade, pelo liberalismo e pela democracia. Este é o tom de boa parte dos artigos, com exceção daqueles produzidos em momentos de conflitos intensos nos quais interesses nacionais são defendidos, como foi o caso da missão de 1872. De um modo geral, a monarquia, tal como adotada no Brasil, aparece de forma positiva e como uma parceria importante a ser conquistada. No dia 24 de novembro de 1871, encontramos um texto enviado pelos correspondentes do jornal no Rio de Janeiro que trata da chegada de Mitre à cidade e refere-se elogiosamente ao Imperador e sua esposa, então em viagem pela Europa:

No son solo los periódicos ingleses, belgas, españoles y portugueses los que hacen encomios merecidos á los vastos conocimientos del emperador y á la amabilidad y fino trato de los monarcas del Brasil; los alemanes forman tambien coro con ellos, y se admiran de la actividad del príncipe y de la extensión de sus conocimientos.



Tenemos motivos para decir que el viaje del Emperador à Europa ha de producir ventajas muy notables para este país, en particular, y para la América, en general.

Hay entre nosotros americanos una fraternidad tan laudable que nos identifica en nuestras glorias y reveses. Debemos fomentar por todos los medios imaginables esa fraternidad; pues los estraños han de concebir una idea elevada de nuestro carácter e instituciones.

La libertad ha echado en el continente de Colon raíces tan hondas que imperio y republicas se hermanan y sostienen mutuamente como hijos de una misma madre (LA NACIÓN, 24/11/1871).

No trecho, é manifestada grande admiração pelo Imperador. Dom Pedro II aparece como possuidor de vastos conhecimentos, amável e educado, representando bem o Brasil - e, por extensão, a América - na Europa. Além disso, encontramos a forte defesa da aproximação entre os países em razão de uma fraternidade que uniria a região. Esta fraternidade seria fruto da liberdade, segundo o texto, tão profunda que irmanaria império e repúblicas. Há nestas palavras um sentido político e diplomático, considerando-se o contexto histórico de acordos e tensões posterior à guerra. Mais à frente, os correspondentes elogiam as consequências da Lei do Ventre Livre, assinada naquele ano, e exaltam a tranquilidade, a paz e a ordem que reinariam no país, pois assim seria quando prevalece o nacional. Adiante retomam a ideia de liberdade que seria característica do Império brasileiro: “Una de las cosas que mas encantan los pensadores, que visitan estas playas, es la libertad omnimoda de pensamiento de que goza todo ciudadano ó extranjero residente en el suelo” (LA NACIÓN, 24/11/1871).

Destacamos outro artigo do jornal sobre as viagens do Imperador. Em 03 de outubro de 1875, Dom Pedro aparece mais uma vez como “hombre ilustrado y que tiene mucho de las calidades del filósofo” (LA NACIÓN, 03/10/1875). Ainda sobre ele: “Hablando correctamente casi todos los idiomas vivos, gusta conversar como un pensador con los extranjeros que le visitan y es expansivo con ellos” (LA NACIÓN, 03/10/1875). A fim de enaltecer a aproximação entre a Argentina e o Império, o texto atribui à influência das repúblicas vizinhas a emancipação dos escravos (aqui refere-se à Lei do Ventre Livre, de 1871) e a propagação de ideias republicanas. Nesse sentido, aponta a aproximação, que deveria se dar por vias institucionais, como providencial e capaz de produzir maiores benefícios para o presente e o futuro. A ideia de que era preciso manter relações cordiais recíprocas com o Império é retomada em 1880, quando o próprio Mitre escreve sobre a política externa argentina e aponta que seu país e o Brasil tinham muito



em comum cultural e historicamente, carregando a responsabilidade de garantia da paz na região. Segundo ele, o Brasil seria “la nación que en el mundo puede hacernos mas bien y mas mal” (LA NACIÓN, 04/11/1880). Desse modo, caminhos diplomáticos deveriam ser utilizados para apaziguar e manter as boas relações.

Não por acaso, como dissemos, foi ele o escolhido para vir ao Rio de Janeiro negociar. Veio não apenas o general da guerra da Tríplice Aliança, o diplomata, o político respeitado na região, mas sim o historiador simpático ao Império que em uma de suas principais obras, a *Historia de San Martin* (1887), posteriormente, viria a defini-lo como uma “monarquia democrática” nas Américas. Na obra, a partir de extensa documentação, como correspondências oficiais, documentação diplomática e administrativa, Mitre relaciona a vida de San Martín a “la independencia de una nación y la emancipación de un mundo (...)” (MITRE, 1887, p. 18-19). Defendendo o predomínio das ideias republicanas nas Américas, ao tratar do caso brasileiro, diz que “el único hecho que parecería indicar que la monarquía era una planta que pudo haberse aclimatado en América, es la fundación del Imperio del Brasil, y es precisamente el que por antítesis prueba lo contrario” (MITRE, 1887, p. 105). Desenvolve o argumento de que o Brasil teria participado das influências do meio, ainda que em menor grau que os demais países da região. Remonta ao século XVIII e fala da Inconfidência Mineira como exemplo de fermento republicano e de espírito de independência. Diz que o Brasil teria absorvido os reis quando o trono foi trasladado para cá, sendo a “revolução de sua independência” feita pelo príncipe pacificamente através da transição entre o antigo e o novo regime. Quando este não respondeu ao “espírito nacional”, os súditos o despediram. A partir desse argumento, Mitre define o Império brasileiro: “(...) democrático, sin privilegios y sin nobleza hereditaria, que no tenía de monárquico sino el nombre (...). Así, el imperio del Brasil no es en realidad sino una democracia con corona” (MITRE, 1887, p. 106). Portanto, uma imagem idealizada e consolidada por uma leitura da história do Brasil comprometida politicamente com os Bragança desenvolvida no IHGB. Circulando pelo Brasil e pelas redes de sociabilidade brasileiras e com posição bem menos agressiva que a de seus pares no que se refere ao Império e ao Imperador, Mitre acabou formulando alternativas nas relações entre Brasil e Argentina, marcadas por tensões.



Diante do exposto, é importante pensar em sentido mais amplo as relações entre esses homens na região do Prata de maneira a combater a leitura do isolamento. Cabe situá-los num momento de disputas territoriais e diplomáticas e de nacionalidades ainda em fase de consolidação, mas também cabe esclarecer que nem por isso deixaram de intercambiar. Ao contrário, estas relações eram fundamentais política e diplomaticamente. Nos episódios mais tensos, eram elas que muitas vezes geravam soluções. Os acordos e tratados, não raramente, dependiam disso. Assim, compreendemos como necessário pensar a escrita das histórias nacionais no período a partir de um olhar mais amplo sobre o Rio da Prata. Afinal, aqueles homens pensavam, pesquisavam e escreviam em diálogo, a partir de trocas que lhes possibilitavam o suporte documental necessário para a escrita da história.

Para Carlo Ginzburg, os processos de produção do conhecimento são sempre dialógicos, pois ninguém pensa sozinho. Ao apresentar a formação da etnografia em um contexto imperialista, no final do século XIX, e o olhar de estranhamento sobre o Outro, que põe em xeque a própria identidade, Ginzburg mapeia as influências do literato britânico Robert Stevenson sobre o antropólogo polonês Bronislaw Malinowsky. Com isto, aponta as formas como, mesmo que indiretamente e apesar das distâncias, as ideias e experiências do primeiro chegaram até o segundo. Deste modo, em suas palavras, “o arquipélago de Stevenson e o de Malinowsky estão ali para nos lembrar que nenhum homem é uma ilha, nenhuma ilha é uma ilha” (GINZBURG, 2004, p. 113). Em suas análises, portanto, Ginzburg costura leituras, viagens, contatos pessoais, correspondências, exílios, entre outras experiências, no entendimento da produção de conhecimento. Assim, nos inspira em uma compreensão dialógica do pensamento histórico e da atuação diplomática de Bartolomé Mitre.

No processo de formação dos Estados nacionais ibero-americanos ao longo do século XIX, a história e a diplomacia exerceram importantes papéis. Diretamente relacionados, estes campos de atuação, ainda sem formação específica, forneceram subsídios que contribuíram com a legitimação das próprias ideias de nação e nacionalidade e definiram fronteiras e territórios. Através da diplomacia, historiadores reuniam documentos e mapas de diferentes origens. Através da história, diplomatas, que muitas vezes eram também historiadores, encontravam fundamento para acordos, missões



e negociações territoriais. Envolvidos ainda frequentemente na ação política e militar, estes homens participaram da formação dos Estados nacionais e projetaram nações em um contexto de guerras, fragmentação e regionalismos. Daí a necessidade de aprofundamento em estudos que relacionem a escrita da história, em especial das histórias nacionais, e a diplomacia no século XIX no Brasil e nos países hispano-americanos. Considerando-se que a escrita da história nesse momento possuía um papel político-pragmático fundamental, definindo as fronteiras físicas e subjetivas dos novos Estados nacionais nas Américas, pensá-la na relação com a diplomacia, entendida como construída também em diferentes locais de sociabilidade e a partir da circulação de homens e ideias, é, portanto, uma pauta de pesquisa cada vez mais relevante. Aqui a missão Mitre em 1872 funciona como ponte e pretexto para esta reflexão.

#### **Fontes:**

*Jornal do Commercio*: 06 de junho de 1872; 15 de junho de 1872; 16 de outubro de 1872.

*La Nación*: 24 de novembro de 1871; 01 de dezembro de 1872; 03 de outubro de 1875; 04 de novembro de 1880.

MITRE, Bartolomé. *Historia de Belgrano*. Buenos Aires: Imprenta de Mayo, 1859.

\_\_\_\_\_. *Historia de San Martín y de la Emancipación Sud-americana*. Buenos Aires: Imprenta de “La Nación”, 1887.

*Revista do IHGB*. Tomo XXXIV, parte segunda, Rio de Janeiro, 1871.

#### **Bibliografia:**

BECKER, Jean-Jacques. “A opinião pública”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 185-211.

CORBO, Tomás Sansón. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas (siglo XIX)*. La Plata: Instituto Cultural de la Provincia de Buenos Aires, 2011.

DONGHI, Tulio Halperin. “Mitre y la formulación de una historia nacional para la Argentina”. *Anuario del IEHS*, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 11, Tandil, p. 57-69, 1996.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. SP: Cia das Letras, 2002.



\_\_\_\_\_. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.

FREITAS NETO, José Alves. “Mitre e a edificação de um patrimônio historiográfico argentino”. In: *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 7, p. 74-89, nov/dez 2011.

GINZBURG, Carlo. “Tusitala e seu leitor polonês”. In: *Nenhuma Ilha é uma Ilha: Quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 91-113.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a proposta de uma história nacional”. *Revista Estudos Históricos*, RJ, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

MARTINS, Ana Luiza. “Imprensa em tempos de Império”. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. SP: Editora Contexto, 2018, p. 45-80.

MÍGUEZ, Eduardo. *Bartolomé Mitre: Entre la nación y la historia*. Buenos Aires: Edhasa, 2018.

MILZA, Pierre. “Política interna e política externa”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 365-399.

PALTI, Elías José. “La Historia de Belgrano de Mitre y la problemática concepción de un pasado nacional”. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*. 3ª série, n. 21, p. 75-98, 1º semestre de 2000.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “O Brasil e a distante América do Sul”. *Revista de História*, 145, p. 127-149, 2001.

RAMOS, Paula. “O Jornal do Commercio e as representações sobre a Argentina na crise do Brasil Império (1870-1889)”. *Faces da História*, Assis-SP, v. 2, n. 1, p. 143-158, jan-jun 2015.